

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROGRAMA ALFA

VÂNIA APARECIDA MARTINS BERNARDES *

No Brasil, as pesquisas sobre educação têm detectado que um grande número de crianças não conseguem um nível satisfatório de aprendizado na escola, acarretando altas taxas de repetência que se situam nas três primeiras séries do ensino fundamental. A incidência maior ocorre na passagem do primeiro para o segundo ano do ensino fundamental (antigo primário). Pesquisadores como KRAMER(1982) e PATTO(1991) consideram as altas taxas de reprovação e significativa evasão e repetência como resultado em grande parte dos processos de alfabetização adotados em escolas públicas, que se restringem predominantemente ao uso da escrita como tendo valor essencial na escola.

A resposta por parte dos educadores diante deste problema impulsionou a execução de diversos programas educacionais ao combate do problema do fracasso escolar. Entre eles destacou-se, na década de 70, o Programa Alfa, cuja elaboração e implantação o presente trabalho busca investigar.

A definição por investigar o Programa Alfa se deu em função dos inúmeros problemas que as escolas públicas de maneira geral têm enfrentado com a alfabetização, tais como acesso e permanência no ensino público, repetência, evasão, falta de qualificação de todo o seu quadro profissional. Esses problemas estiveram sempre presentes no trabalho que desenvolvi, nesta última década, como alfabetizadora no ensino municipal, presenciando e participando da história da alfabetização na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por outro lado, este projeto é resultado de inquietações de minhas vivências profissionais com ex-participantes do Programa Alfa. Essa experiência me instigou a realizar essa pesquisa, centrando a minha atenção no Programa Alfa, que foi desenvolvido em diversos estados do Brasil na década de 70, com o propósito de minimizar o fracasso escolar e diminuir o número de reprovações na 1ª série do 1º grau, que hoje corresponde ao ensino fundamental.

Como mostra AZANHA(1992), a História da Educação no Brasil caracteriza-se, não raramente, por grandes generalizações ou, como ele denomina, "abstracionismo pedagógico". Análises de situações concretas são substituídas por modelos genéricos, destituídos de historicidade, que podem ser atribuídos a qualquer época, local ou região do Brasil.

Essa historiografia não resgata particularidades e/ou as controvérsias de projetos educacionais. Estas ocorreram mesmo no período militar, em que por trás do monolitismo aparente, houve crises, conflitos e oscilações administrativas. Também houve possibilidade da existência de projetos que demonstraram elementos de preocupação com o processo de alfabetização escolar no sistema educacional brasileiro.

Essa visão monolítica aparece, por exemplo, em historiadores como, RIBEIRO(1992), GERMANO(1993) e ROMANELLI(1995). Segundo suas análises, a direção de desenvolvimento econômico no Brasil, após o golpe militar de 1964, foi redefinido por um processo excludente submetido ao controle do capital internacional. Várias medidas de modernização e industrialização foram então consolidadas pelo Estado militar, com o apoio da classe empresarial e das Forças Armadas.

Para isso, o Estado definiu-se pela coerção para manter dominação, desmobilizando as ações contrárias ao novo regime. Segundo LEMME(1992) o golpe militar de 1964 foi trágico, com onda de prisões em todo o território nacional, seguido por muitas perseguições indiscriminadas e violentas, que atingiram principalmente os que lutavam por mais e melhores oportunidades de ensino, educação e cultura.

* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nas análises de FAZENDA(1985) a concepção de educação do regime militar, em conformidade com o espírito de desenvolvimento do país, visava formar o cidadão operário. O objetivo seria formar o consumidor e a mão-de-obra requerida pela indústria moderna.

Nesta época, a educação era entendida predominantemente sob o enfoque da teoria do capital humano, que era veiculada através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que ressaltava na educação o caráter econômico. Assim educação era concebida como indústria de prestação de serviço. Sob esse enfoque, o homem era considerado como parte do capital. Isto implicava converter recurso humano para a educação. Tratava-se na verdade do controle político e ideológico da educação escolar e o surgimento da educação permanente, com reciclagem rápida e constante da população trabalhadora. Neste contexto a educação passou a ser entendida como mola propulsora do projeto de desenvolvimento nacional.

Para ROMANELLI(1995) o sistema educacional foi marcado por dois momentos diferenciados após 1964.

O primeiro momento correspondente à implantação do regime militar com nítida preocupação em estabelecer diretrizes de recuperação econômica, ao lado da repressão e contenção das manifestações por parte dos professores e alunos. Houve a assinatura dos “Acordos MEC/USAID”, que são convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos da AID(Agency for International Development).

O segundo momento começou com as medidas práticas, a curto prazo, (...) depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí para frente, entre outros motivos, por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil. (p. 196.)

Portanto, algumas reformas tornaram-se necessárias para a escolarização e qualificação da força de trabalho para torná-las eficientes em relação ao modelo de desenvolvimento.

Para GERMANO (1993), desenvolveram-se no período duas tendências nas políticas educacionais: Tendência tecnicista: o planejamento educacional surgiu como prioridade na realização da competência, que seriam os meios adequados para atingir os fins. Tendência compensatória: apresentada como alternativa política para resolver o problema do atraso cultural, é a tentativa de uma partilha mais equitativa dos conhecimentos e das aptidões do êxito escolar profissional e sócio-econômico, tendo por objetivo a serem alcançados: obtenção de uma mão-de-obra utilizável no mercado de trabalho. Garantia da inculcação de valores que favoreçam a integração dos indivíduos na sociedade.

Germano enfatiza ainda o descaso das políticas públicas para com a educação que apenas serviriam para mascarar os verdadeiros problemas:

Contudo, apesar das justificativas de ordem moral com base na preservação dos valores cristãos e da intenção manifesta de concorrer para a superação das desigualdades sociais, o que está em jogo realmente, na política educacional, é a manutenção da estrutura da desigualdade e imediatamente interessada com a produção capitalista. Trata-se, portanto, de subordinar diretamente o sistema educacional ao sistema ocupacional. (p .133.)

As escolas passaram a adotar estratégias sugeridas pelo governo, como cursos rápido de aprendizagem criado pelo Estado para suprir defasagens e compensar a política educacional que legitimava a exclusão, a desigualdade social e o acesso ao sistema educacional. Para comprovar tal idéia este mesmo autor assinala que nos anos 70, o

MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado (Lei n.º 5.370) com ampla divulgação nos meios de comunicação sob a coordenação do Estado.

RIBEIRO(1993) apresentou as mesmas convicções frente ao MOBRAL, afirmando que os elementos destacados a respeito do MOBRAL (...) já indicam que se trata de um predomínio do “economicismo”, decorrente do estabelecimento de uma relação direta entre a produção e a educação, próprio à concepção tecnicista de conceber e agir no campo da educação. (p. 170.)

Do mesmo modo, a Lei 5.692/71, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus, tinha a função utilitarista e discriminadora. As reformas uniram a racionalidade tecnoburocrática militar e a necessidade política ideológica de consolidar o regime militar com a educação voltada para as necessidades do mercado de trabalho. Com referência ao sentido político dessa lei aprovada, SAVIANI (1988) esclarece que se completava, dessa forma, o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura. Durante o regime militar, mais precisamente no período que vai do final da década de 70 ao início dos anos 80, consolidou-se o Programa Alfa – objeto de estudo desta pesquisa. O estudo deste programa permitiu-me contrapor à visão tradicional sobre o período militar, que só vê uma concepção unificada da educação: estratégia de exclusão social das classes subalternas direcionada para o mercado de trabalho, ora com tendência tecnicista, ora com tendência compensatória.

Segundo COURA(1983), a implantação do Programa Alfa começou em 1977, quando Ney Braga, o ministro da Educação na época, demonstrou apoio total à proposta didática de alfabetização defendida pelo Programa, liberando recursos estimados em CR\$ 4,5 milhões para sua implementação. Sendo ampliado a cada ano, em 1983 o Programa já havia alcançado 43 mil salas de aula, atendendo aproximadamente 1,5 milhão de crianças.

COURA situa os antecedentes do Programa Alfa nos acordos MEC/USAID: em janeiro de 1966, portanto, dois anos antes da primeira pesquisa sobre “carência cultural” de POPPOVIC, aconteceu um dos acordos do MEC/USAID, a EATEP. O objetivo desta equipe era fazer um estudo sobre o problema da repetência e evasão no sistema primário brasileiro e fornecer subsídios para possíveis reformas, no sentido de aumentar a produtividade do mesmo. (p. 175.)

Os problemas apontados pela EATEP (Equipe de Assistência Técnica para o Ensino Primário), órgão de assessoramento dos Acordos MEC/USAID, eram os seguintes: em relação ao aluno: desnutrição e lentidão de aprendizagem das crianças de nível sócio-econômico muito baixo; em relação ao professor: falta de formação apropriada para ensinar às crianças; material pedagógico pobre ou inexistente.

Com esses diagnósticos a EATEP propôs as seguintes medidas: formação dos professores; reagrupamento das crianças em função da sua idade; organização do material pedagógico para alunos e professores; redução do nível de dificuldade do programa e maior flexibilidade no sistema de produção.

Para COURA, o Programa Alfa teria assumido todas as propostas da EATEP, e a oficialização do Programa, na esfera federal, foi contrária ao discurso do próprio MEC, que naquele momento apontava para a descentralização do ensino. Além disso, a generalização da aplicação do Programa em vários Estados deixava várias interrogações, entre elas: o Programa Alfa foi uma opção das Secretarias de Educação ou atendia às estratégias de controle do regime militar?; os dois Encontros Nacionais promovidos pelo Programa tiveram gastos excessivos e/ou clientelismo?

A questão central do estudo de COURA foi investigar até que ponto o Programa Alfa aproximava-se ou distanciava-se da educação compensatória. A partir da análise dos textos e do programa de ensino produzidos por POPPOVIC e sua equipe. As conclusões: a que chegou: Em primeiro lugar, a teoria da “marginalização cultural” de POPPOVIC foi construída com os principais conceitos e idéias-chaves da marginalidade social como participação na cultura da pobreza. De fato, não há como distinguir uma

criança "culturalmente marginalizada" de um pobre participante da cultura da pobreza. Ambos possuem traços de personalidade assim como hábitos comuns e sobre eles paira o "mecanismo perpetuador" destes traços e hábitos. Dado que a teoria da marginalidade social como participação na cultura da pobreza está presa ao modelo consensual de análise da realidade, podemos concluir que a teoria da "marginalização cultural" também o está, uma vez que seus conceitos e idéias-chaves são comuns. E visto que a teoria da "marginalização cultural" é um dos suportes teóricos do Programa Alfa, podemos concluir que aqui se dá o primeiro ponto de encontro entre ele e a educação compensatória: ambos são práticas possíveis a partir de uma visão consensual da realidade social como um todo. Em segundo lugar, o Programa Alfa foi elaborado sob o enfoque da teoria da privação cultural, uma vez que POPPOVIC e sua equipe colocam a criança de classe média como padrão de excelência e propõem elevar o nível das crianças de classes de rendas mais baixas até ao daquelas crianças, já que estas não estão preparadas para o que a escola vai exigir delas. Além do enfoque central, também os pressupostos da teoria da provação cultural estão presentes nos textos e no Programa Alfa, produzidos por POPPOVIC e sua equipe. Esta conclusão nos permite atingir o cerne do nosso trabalho, pois ela nos dá elementos para percebermos o grau de aproximação entre o Programa Alfa e a educação compensatória que aqui atinge o máximo, ou seja, o da identificação: ambos têm como suporte teórico a teoria da privação cultural. Estas colocações nos permitem chegar a afirmação seguinte. (...) Em terceiro lugar, o Programa Alfa guarda uma estreita identidade de objetivos em relação à educação compensatória em geral e a programas compensatórios em particular. O exemplo mais significativo quanto a programas em particular, se dá com o Projeto do Instituto de Estudos de Desenvolvimento, liderado por DEUSTCH, cujas semelhanças com o Alfa são muito grandes. Em seguida, a literatura sobre a educação compensatória aponta uma série de características relacionadas ao tipo de programa, à teoria da aprendizagem, às estratégias de ensino, a princípios norteadores, a pessoas para quem deve ser elaborado o material às quais POPPOVIC e sua equipe assumem quase que integralmente. (pp. 132-136).

COURA também acrescenta que o Programa Alfa teve sua estrutura alicerçada na orientação cognitiva, com material elaborado para a professores e o alunos, tendo ênfase no processo de aprendizagem mais que no conteúdo. Para ele, estas recomendações fazem parte da literatura sobre educação compensatória. Constatou ainda que quando o Programa Alfa se afasta da educação compensatória, ele o faz de forma negativa, raciocinando dentro daquilo que ela propõe como o melhor. Assim, as condições de operacionalização do Programa Alfa (recursos humanos em número suficiente, bons prédios escolares, carga horária, recursos financeiros) estão muito longe das oferecidas em países desenvolvidos. Além do mais, as crianças são atingidas somente aos 07 anos, uma idade muito adiantada para se intervir. E, finalmente, o Programa Alfa se destina, apenas, à professora e ao aluno, enquanto em países mais desenvolvidos já há programas atingindo os familiares destas crianças. (p. 136.)

FLORIANO(1987), em sua pesquisa de mestrado, fez uma análise que consistia em descrever a avaliação da aprendizagem dos alunos submetidos ao Programa Alfa em Salvador no ano de 1978, nas salas de aula da 1ª série da rede municipal. A autora apresentou uma síntese das etapas de atuação, das atividades desenvolvidas e dos critérios necessários ao desenvolvimento do projeto. Os resultados obtidos pela pesquisadora centraram-se na especificidade da relação entre avaliação dos alunos do programa e a região de Salvador. Não houve, assim, a preocupação de estudar as interpretações do Programa Alfa em si e sim sua prática.

SANTOS(1981), examinando a experiência do Programa Alfa em Pernambuco, mostrou como foram estabelecidos os mecanismos de coordenação; a área de abrangência; os critérios para seleção de escolas e dos alunos a serem submetidos ao Programa; e o

modelo de acompanhamento e controle utilizado na execução do programa. Desse modo, Santos deu ênfase na análise da operacionalização do projeto na região.

PAIXÃO(1981) investigou sobre o Projeto Alfa de Minas Gerais, analisando as diferenças entre este projeto e o Programa Alfa elaborado em São Paulo. Para Paixão, ocorreu em Minas Gerais um processo semelhante ao de São Paulo: Uma equipe de pesquisadores elaborou um programa que, teoricamente, se destina a crianças das classes menos favorecidas. Ele previa uma aceleração dos estudos para esse tipo de clientela crianças. Embora se denomine também de programa Alfa, ele não tem ligação, em termos de elaboração, com o Alfa da equipe paulista.

A investigação que realizei sobre o Programa Alfa difere das realizadas por esses autores. Ela se ocupou em investigar as bases teóricas e metodológicas do Programa, além de resgatar a história da sua implantação e execução. Para isso recorreu-se a documentos produzidos pelo próprio Programa e a entrevistas com algumas das pessoas que o produziam.

O campo da pesquisa histórica passou ao longo das últimas décadas por um processo de renovação teórico-metodológica. Impulsionada pelo esforço de superação da historiografia que produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos ou que privilegiava os aspectos econômicos da vida social, a produção historiográfica, atualmente, demonstra tendência de valorização das temáticas relacionadas às formas culturais gestadas no processo de construção da vida social dos povos.

A história-problema dos Annales, com diversas correntes e tendências historiográficas heterogêneas, apresenta, no entanto, o mesmo ideal central de que o social não pode ser compreendida de modo simplificador, pelo contrário: a realidade produzida pelo homem é complexa tanto na sua própria efetivação, quanto na sua forma de interpretação. Assim há ruptura da ênfase política nas discussões históricas, com a inclusão de uma série de novas temáticas, entre elas as mentalidades, os processos educacionais particulares e a cultura material.

De certo modo, a presente pesquisa aproximou-se desta nova forma de tratar da construção das interpretações históricas sobre o passado das sociedades humanas. De fato, diante da complexidade que o real representa, não se pode acreditar mais nas fáceis e esquemáticas simplificações interpretativas.

Ao definir o tema a ser pesquisado - História e memória da alfabetização: análise dos processos de elaboração do Programa Alfa -, colocou-se a questão de como trabalhar metodologicamente com esse problema. O ponto de partida para este estudo deu-se com um extenso levantamento bibliográfico durante os anos de 1997 e 1998 de todos os documentos oficiais que compõem o Programa Alfa e as obras pertinentes como artigos, teses, jornais, informações disponíveis na Internet, periódicos especializados e informações que versavam especificamente sobre o Programa Alfa.

Para tal, mantive contato com a Fundação Carlos Chagas, instituição em que se constituiu o núcleo originário do Programa Alfa. O objetivo era localizar a documentação do programa e entrar em contato com seus autores, coordenadores dos trabalhos pedagógicos, para agendar entrevistas. Na Biblioteca POPPOVIC, sediada na Fundação Carlos Chagas, encontrei o material completo referente aos Programas Alfa 1, 2 e 3 editado em 1984 pela Editora Abril e Pela Fundação Carlos Chagas, e o periódico Cadernos de Pesquisa de números 1 a 14, em que foram publicados artigos dos autores do Programa com explicações das propostas. Ainda consta no acervo da biblioteca a série completa do Jornal Alfa, desde o número 1 (1981) até o número 35 (1984).

Na CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) encontrei dois fascículos da edição experimental do Programa Alfa 1, de 1977. Durante a coleta de dados, o professor JUVÊNCIO BARBOSA, que também foi entrevistado, colocou-me à disposição exemplares do Jornal Alfa, que não encontrei na Fundação. Na tentativa de encontrar um número maior de exemplares fui até a Escola Experimental da Lapa, local

onde foram realizados os primeiros testes do Alfa e descobri que os arquivos da escola foram perdidos devido a um incêndio no prédio da escola. Mesmo agrupando todos os números que consegui, descobro que a coleção está incompleta, embora não se saiba até quando foi impresso esse jornal. Na busca por mais materiais, fui à Secretaria Estadual de Educação e a escolas públicas de São Paulo, buscando encontrar os materiais da primeira edição do Programa Alfa, que foram publicados em 1977 – busca frustrante, pois não os encontrei. Em todos os locais visitados, a resposta para este assunto era sempre a mesma: “jogamos fora”.

A opção pelas entrevistas se deu porque elas permitiriam o acesso a informações que os materiais coletados não forneciam e nem tinham competência para revelar, propiciando maior compreensão do significado e das intenções do Programa Alfa. O recurso utilizado foi a gravação em fitas, que foram transcritas posteriormente. Para os depoimentos foram escolhidos professores que participaram de alguma fase do Programa Alfa. Os co-autores do Programa que participaram das entrevistas são: Yara Lúcia Espósito, recém-graduada em Psicologia na PUC/SP na época da elaboração do Alfa; José Juvêncio Barbosa, especialista em Metodologia e Pesquisa em Educação; Lia Rosenberg, graduada em Pedagogia e estava cursando o mestrado na Universidade de São Paulo, quando da elaboração do Alfa; Maria Laura P. Barbosa Franco, na época aluna de pós-graduação na Universidade de São Paulo. A experiência profissional da maioria dos entrevistados não estava relacionada diretamente com a prática de alfabetizador: eram pesquisadores e estudiosos da Educação, coordenadores pedagógicos e também docentes ou diretores de escolas superiores de ensino.

A entrevista era composta de diversas partes. Inicialmente procurava-se verificar as variáveis situacionais: a) dados pessoais de identificação; b) formação pedagógica; c) descrição da trajetória profissional. Quanto ao objeto específico da pesquisa, foi perguntado sobre o ingresso na Fundação Carlos Chagas, suas funções no Programa Alfa, a prática pedagógica desenvolvida, as críticas que o programa recebeu, as produções acadêmicas e como terminou o programa. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, salvo quando houve problemas de interferência sonora o que dificultou a possibilidade de compreensão de algumas palavras, problemas técnicos da entrevista e problemas de dicção.

Em alguns momentos houve dificuldades por parte dos entrevistados para exporem suas opções realizadas naquele período e justificar o porquê destas escolhas. Recuperar a concepção de alfabetização veiculada no Programa Alfa, a partir da fala de seus próprios sujeitos, trouxe à tona seus valores, expectativas, frustrações, alegrias, conflitos, dificuldades, ressentimentos, amarguras. Enfim lembranças boas ou ruins de um grupo de intelectuais voltados para a questão da alfabetização na década de 70 e 80, no Brasil.